

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.462 - SP (2019/0112268-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : MAYARA DANIELLE DOMICIANO LIMA
ADVOGADO : MARCOS FERREIRA DE OLIVEIRA - SP390685
AGRAVADO : ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : DANIEL CASTILLO REIGADA E OUTRO(S) - SP198396

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA MOTIVAÇÃO. DESATENDIMENTO DO ÔNUS DA DIALETICIDADE. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. PRECEDENTE QUALIFICADO. CORTE ESPECIAL. EARESP 701.404/SC. INTERPOSIÇÃO DÚPLICE DE RECURSOS. NÃO CONHECIMENTO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA DO DIREITO DE RECORRER.

1. Os arts. 932, inciso III, e 1.042 do CPC/2015 estabelecem regras expressas autorizando o relator do agravo a deixar de conhecê-lo quando manifestamente inadmissível ou quando não atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada, hipótese esta na qual se insere o caso em que o agravante, em vez de confrontar o juízo de admissibilidade da instância ordinária, limita-se a argumentar a usurpação de competência ou a falta dela, a reiterar com exatidão as razões do recurso especial ou, ainda, a impugnar apenas parte da motivação. Inteligência da Súmula 182/STJ.

2. Precedente qualificado da Corte Especial: EAREsp 701.404/SC, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018.

3. O princípio da singularidade recursal desdobra-se e concretiza-se em regra pela qual a interposição recursal dúplice da mesma espécie impugnativa contra uma mesma decisão induz ao não conhecimento do último aviado em razão da preclusão consumativa.

4. Agravo interno de Petição AGINT 00315597/2019 não provido. Agravo interno de Petição AGINT 00315602/2019 não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno petição

Superior Tribunal de Justiça

315597/2019; não conheceu do agravo interno, petição 315602/2019 nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

